



ECONOMIA E SUBJETIVIDADE DIANTE DA CRISE NEOLIBERAL

Economy and subjectivity before the neoliberal crisis

Gabriela Dickel das Chagas¹

Luís Guilherme Nascimento de Araújo²

Tiago Anderson Brutti³

Resumo: Este trabalho explora a ideia de neoliberalismo e suas características como modelo econômico e político e como um modo de subjetividade que se destaca na apreensão dos princípios desse modelo no âmbito da vida pessoal e profissional dos indivíduos. Realizou-se uma pesquisa social de abordagem qualitativa e finalidade descritiva-interpretativa, por meio do procedimento bibliográfico. Concluiu-se pela percepção de uma crise sistêmica no neoliberalismo, que se utiliza das mídias como meio ideológico de sustentação e da instrumentalização de crises econômicas como modo de encontrar novas estruturas de manutenção da acumulação do capital.

Abstract: This work explores the idea of neoliberalism and its characteristics as an economic and political model and as a way of subjectivity that stands out in the apprehension of this models principles in the scope of personal and professional individuals life. We carried out a social research with a qualitative approach and descriptive-interpretative purpose through the bibliographic procedure. We concluded by the perception of a systemic neoliberalism crisis, which uses the media as an ideological means of support and the instrumentalization of economic crises as a means of finding new structures to maintain capitals accumulation.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Crise. Subjetividade.

Keywords: Neoliberalism. Crisis. Subjectivity.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente trabalho tem como objetivo expor, em linhas gerais, a definição de neoliberalismo, conceito que carrega diversos significados, representado por uma gama significativa de autores que propõem diferentes leituras e delimitações. Buscar-se-á, pois, apontar as características gerais do neoliberalismo como modelo político e econômico, bem como o entendimento de que ele representa um *ethos*, uma forma relativamente recente de formação de subjetividades, que alia os ditames e princípios econômicos à formação ética e moral dos indivíduos.

¹ Discente do Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, da Universidade de Cruz Alta - Unicruz, Cruz Alta, Brasil. E-mail: gabrieladdchagas@gmail.com

² Discente do curso de Direito, da Universidade de Cruz Alta - Unicruz, Cruz Alta, Brasil. E-mail: guilhermedearaujo@live.com

³ Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Cidadania, Democracia e Direitos Humanos – GPJur, Docente da Universidade de Cruz Alta - Unicruz, Cruz Alta, Brasil. E-mail: tbrutti@unicruz.edu.br



Entende-se o neoliberalismo como a mais recente conformação do sistema de acumulação capitalista. Essa teoria despontou em nível mundial na década de 1970 em resposta à crise inflacionária e como contraponto à corrente de política econômica keynesiana⁴ até então predominante. O postulado central do neoliberalismo consiste na defesa da capacidade do mercado de se autorregular e na opinião de que não é necessário, mas prejudicial, a intervenção estatal no domínio econômico.

No Brasil, as medidas mais visíveis com esse viés foram introduzidas a partir dos anos de 1990. Desde então, a despeito de se observarem reiteradas crises econômicas e políticas, o projeto neoliberal vem se ampliando e, paradoxalmente, institucionalizando-se através da aprovação de legislações que se aproximam do seu núcleo ideológico. À vista disso, o texto que segue se propõe a discutir acerca dos fundamentos que dão sustentação ao modelo neoliberal, sobretudo a instrumentalização das crises e a utilização das mídias.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo é uma pesquisa social, de abordagem qualitativa, por ser a mais conveniente à compreensão de um fenômeno fundamentalmente social. Neste contexto, realizou-se uma pesquisa descritiva-interpretativa de procedimento bibliográfico, na medida em que se pretendeu expor os fundamentos do neoliberalismo como uma política econômica e uma forma de subjetividade, além da sua instrumentalização das crises e utilização das mídias. A pesquisa descritiva exige do investigador um conjunto de informações sobre o tópico pesquisado que o auxiliem na descrição de fatos e fenômenos de uma dada realidade, enquanto o processo interpretativo se dá pelo intendo de apreender o objeto por meio de significados a ele atribuídos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Definições e implicações

Nas ciências sociais não se crê possível definir com irreduzível e rigorosa precisão o sentido dos conceitos, uma vez que as ideias nesse *métier* estão em constante processo de

⁴ Keynes considera defensável a ideia de que o Estado é que dever coordenar a política econômica, ao invés de permitir que o mercado siga o curso “natural”. Ao Estado competia a função de intervir para assegurar a estabilidade econômica.

construção. Os vocábulos vão adquirindo novos significados ao longo do tempo histórico. As palavras abarcam múltiplos elementos e tomam diferentes formas nas diversas localidades e tempos em que se manifestam. No entanto, essas particularidades não impedem que sejam traçadas linhas gerais que permitam identificar o fenômeno ou a relação que o conceito apresenta. No que respeita ao neoliberalismo, Andrade (2019) aponta duas correntes teóricas que procuram o definir.

Tendente ao marxismo, a primeira concepção entende o neoliberalismo através de um olhar mais atento aos aspectos da exploração do trabalho que o modelo promove. Desse modo, focaliza as desigualdades sociais instituídas pelo projeto neoliberal ao instaurar uma política de classes da qual resulta a espoliação dos trabalhadores e a acumulação de capital nas mãos de uma pequena parcela proprietária dos meios de produção.

Para Saad Filho, o neoliberalismo é um sistema de ideias defendido por um grande número de autores, nem sempre congruentes entre si, que expressam de maneira geral que “indivíduos diferentemente dotados trocando bens, serviços e [...] informações em mercados minimamente regulamentados podem alocar recursos de forma mais eficiente do que processos democráticos ou a orientação estatal” (SAAD FILHO, 2015, p. 60).

A literatura marxista, nesse sentido, orienta as críticas ao neoliberalismo por diversos caminhos, como, dentre outros, o apontamento a partir de uma perspectiva de classe; a crítica às privatizações e às consequências sociais nefastas da financeirização e abertura comercial; a tendência que o neoliberalismo possui de gerar crises macroeconômicas que, ao fim e ao cabo, recaem sobre a classe trabalhadora (SAAD FILHO, 2015).

Sendo assim, estão relacionadas à leitura marxista do neoliberalismo as ideias de que este não é um projeto político e econômico arbitrário, mas histórica e sistematicamente articulado; que o apontamento dos seus traços nocivos não são uma ode às políticas anteriores, a saber o keynesianismo; e que a classe trabalhadora não deve se limitar àqueles modos de acumulação como um caminho histórico para a superação do modo de produção capitalista.

Já a segunda vertente, sem desconsiderar questões atinentes ao trabalho, tem como foco a racionalização da vida pública e privada promovida pela ideologia neoliberal. Nesse sentido, aspectos relacionados ao trabalho são tomados como consequência da sedimentação de valores que se espraiam também para outros campos. As concepções de Foucault são basilares a essa concepção, uma vez que a análise alcança as formas institucionais e normativas nas quais o neoliberalismo se expressa. O que se observa, pelas lentes dessa teoria,

é que o neoliberalismo provoca a expansão da lógica empresarial para setores em que originalmente ela não estava presente, a exemplo da administração pública e da vida privada do indivíduo (ANDRADE, 2019).

Desse modo, o Estado se abre para a iniciativa privada e o capital estrangeiro, passando a ser permeado pelo poder econômico das corporações. Sua função central passa a ser a promoção de mercados e a atração de investimentos financeiros. Questiona-se, diante disso, se o interesse nacional e a soberania estatal não se fragilizam ao conviverem e ao disputarem espaço com o poder econômico, não raro representado pela atuação e pelas riquezas de entidades estrangeiras. Nesse sentido, Castel alerta para o risco de fratura social gerado pela substituição progressiva do Estado, garantidor de um mínimo de condições sociais, pelo mercado, centrado na lógica da concorrência e competitividade. Para o sociólogo:

[...] se o Estado se retira, há o risco do quase vazio, da anomia generalizada do mercado, pois esta não comporta nenhum dos elementos necessários à coesão social, muito pelo contrário, funciona pela concorrência, “não faz sociedade” (CASTEL, 2000, p. 257).

Acerca da relativização da soberania, Sousa Santos é pontual ao comentar a atuação de duas das principais instituições internacionais a partir dos anos de 1980:

Ao mesmo tempo que o Bird e o FMI foram postos a serviço do modelo norte-americano de capitalismo, o Banco Mundial passou a ser visto como uma instituição dependente do Fundo e este, por sua vez, vinculou-se mais e mais às orientações do Departamento do Tesouro dos EUA. Uma receita universal foi então imposta aos países em desenvolvimento: privatização (das empresas públicas, terra, educação, saúde e segurança social), liberalização dos mercados, desregulamentação da economia, precarização do emprego, descaso de preocupações ambientais (SANTOS, 2005, n. p).

Na parte final do trecho destacado, quando o autor cita “uma receita universal imposta aos países em desenvolvimento”, está se referindo ao Consenso de Washington, documento que trazia recomendações de ordem político-financeiras destinadas especialmente aos países da América Latina. Dentre essas recomendações se encontra a redução dos gastos públicos e a flexibilização das legislações trabalhistas. Nesse sentido, há uma transferência de poder e de responsabilidade do Estado para a sociedade civil, simultaneamente à diminuição das obrigações daquele, sobretudo no que toca aos direitos sociais.

O sujeito, nesse contexto, passa a ser identificado e reduzido de acordo com as suas capacidades produtivas e de consumo, internalizando a lógica do mercado e adequando sua

subjetividade de acordo com ela. Desse modo, a ideologia neoliberal opera um deslocamento do objeto de incidência, passando dos processos estritamente econômicos em direção à racionalidade dos comportamentos humanos (ANDRADE, 2019).

Na visão de Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo passou a representar uma “nova razão do mundo”, em que ocorre uma “homogeneização do discurso do homem em torno da figura da empresa”. Os autores destacam, assim, que o neoliberalismo se torna uma razão-mundo no momento em que se estende a todas as esferas da vida humana, do mercado ao Estado, transformando-o num Estado-empresa, deste para os sujeitos, tornando-os sujeitos-empresa. Todos aspectos calcados na lógica da concorrência, do desempenho, do risco, do *accountability*, estabelecendo “a empresa de si mesmo como *ethos* da autovalorização” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 333).

Observa-se que o neoliberalismo é compreendido para além de suas implicações exclusivamente político-institucionais, como um projeto amplo e com impactos em várias dimensões da vida social e privada na medida em que se relaciona com múltiplos elementos da cultura. Ele engendra também a subjetividade, ao se generalizarem os princípios da empresa como princípios da vida em geral, para além dos limites da atividade econômica e das políticas do Estado.

3. 2 Sustentação da proposta neoliberal

Bonavides (2001) percebe que a democracia nos países periféricos está ameaçada em razão da crise dos modelos representativos, sintoma do processo de globalização que, na medida em que ultrapassa fronteiras territoriais, também desconsidera a soberania dos países do “Terceiro Mundo”. Observa-se a dinâmica desse processo - não apenas, mas inclusive - através dos canais midiáticos, uma vez que, ancorados na força do capital, que os mantém ativos, essas instituições se resignam, muitas vezes, a transmitir os valores e as ideologias da parcela populacional detentora de grandes volumes de capital, dando-lhes a aparência de opinião pública: “E assim as ditaduras constitucionais sobem ao poder e nele se conservam ostentando a imagem de pseudo-regime representativo” (BONAVIDES, 2001, p. 12).

Argumenta-se que, na contemporaneidade, com o avanço da internet e o enfraquecimento das mídias tradicionais, esse efeito se reduzirá. No entanto, o que se verifica é que, ainda que por meio da internet, a veiculação de informações permanece sendo a tarefa predominante dos jornais tradicionais. Muda-se a forma, da televisão, do rádio ou do jornal

escrito, mas não se altera a essência. Nesse sentido, as empresas de comunicação de massa, detentoras de um poder hegemônico de transmissão de ideias e de sugestões, são livres para escolherem o recorte que farão da realidade a fim de anunciá-lo conforme sua conveniência, moldando a informação e como se dará o anúncio. Essas escolhas, em alguma medida, são orientadas pela dinâmica capitalista. Desse modo, a indústria midiática possui o poder de determinar os padrões de comportamento e de pensamento correntes: “Tendo ao seu dispor [a classe dominante] a máquina da informação com que intentam dar aparência de legitimidade aos seus interesses” (BONAVIDES, 2001, p. 13).

Os efeitos nefastos para os países latino-americanos do que se convencionou chamar “globalização” também foram apontados por Castel (2000). O sociólogo caracteriza o fenômeno da globalização pela mundialização da economia, o retorno forçado do mercado autorregulado e, como consequência, a predominância da lógica de concorrência e competitiva no interior dos Estados e nas relações internacionais.

Castel (2000) defende que os efeitos adversos da globalização foram suavizados em países europeus em razão destes países disporem de defesas mais concretas contra a ingerência do mercado, materializadas em um conjunto de direitos e proteções, ao mesmo tempo em que as interferências externas foram menores.

No mesmo sentido, cientistas sociais vem apontando outro mecanismo de sustentação e de ampliação do neoliberalismo: a operacionalização das crises econômicas e políticas como instrumentos para a autovalidação do modelo. Assim é que Andrade sugere que “[...] há crise econômica e de representatividade política, mas não de governamentalidade” (ANDRADE, 2019, p. 109); desse modo, o projeto político neoliberal se utiliza das crises para implementar suas reformas, sobretudo nos países em desenvolvimento.

Observa-se que períodos de crise política, sobretudo de representatividade e de baixa popularidade dos governos, tendem a ser aproveitados para a condução de reformas legislativas, ao passo que os momentos de crise econômica costumam favorecer a introdução de medidas que reduzem a capacidade interventiva do Estado, de tal forma que o modelo neoliberal se amplia e se radicaliza através das adversidades (ANDRADE, 2019).

Acerca da apropriação política das crises operada pela proposta neoliberal, os apontamentos de Castel (2000), são elucidativos: “[...] se mostra muito mais do que uma crise, pois de uma crise é possível se sair, enquanto que desta vez não parece tão evidente que haja uma saída ou, em todo caso qual seria a saída” (CASTEL, 2000, p. 240).

As consequências de ordem social desse modelo são sentidas particularmente nos países periféricos, de acordo com Bonavides:

Trata-se, em verdade, de um modelo de economia cujos abalos se fazem sentir com mais dano, força e intensidade nos países do Terceiro Mundo, onde provocam um cortejo de tragédias e violências, que vão de agressões políticas, intervenções militares, golpes de Estado e ditaduras a capitulações econômicas e financeiras, já na iminência de desembocarem num processo ativo e imediato de recolonização (BONAVIDES, 2001, p. 15).

Assim é que, por meio da difusão da lógica de mercado e da instrumentalização das crises, o neoliberalismo se consolida, gerando consequências prejudiciais para a dignidade das pessoas, como indicam o desemprego estrutural e a inflação.

Nesse contexto, Saad Filho (2011) sugere haver, desde a o colapso financeiro de 2008, mais uma crise sistêmica *no* neoliberalismo, mas não ainda uma crise *do* neoliberalismo. Para o autor, este é

uma forma material de reprodução social incluindo a estrutura da acumulação, as trocas internacionais, o Estado, a ideologia e a reprodução da classe trabalhadora e que é compatível com uma grande variedade de políticas sob um manto de ‘livre mercado’ (SAAD FILHO, 2011, p. 18).

Sendo assim, ainda que abaladas as estruturas da acumulação capitalista contemporânea e suas bases de sustento como modo de produção, não há uma proposta efetiva de ruptura sistêmica, capaz de pôr em xeque o panorama geral da subsunção material do trabalho ao capital nos marcos do neoliberalismo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o neoliberalismo como um projeto político que se comunica com várias dimensões da vida social e privada, ao invés de reduzi-lo a um modelo econômico é relevante para analisar o arranjo de relações e de crenças que permite a sua sustentação. Nesse sentido, a internalização, pelo indivíduo, dos ideais neoliberais, favorecida pelos meios de comunicação de massa, pode ser considerada um fator que, além de causar prejuízos ao sujeito, contribui para a reprodução do modelo. Igualmente, a maneira como o neoliberalismo se nutre das crises que provoca dificulta a superação desse projeto em direção a um modelo mais afinado com as questões sociais.

Dessa maneira, evidencia-se que a crise sistêmica no liberalismo faz parte da sua estratégia de sustentação e encontrando suportes, especialmente nos canais midiáticos, importantes meios de difusão do ideário neoliberal. Assim, embora floresçam as iniquidades sociais e tornem-se visíveis os efeitos nocivos desse sistema para o equilíbrio psíquico do indivíduo sua estabilidade em termos macroeconômico e institucional permanece.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Daniel Pereira. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, n. 1, p. 109-135, 2019.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria constitucional da democracia participativa**. São Paulo: Malheiros, 2001.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: BÓGUS, Lucia; YAZBECK, Maria Carmelita; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 2000.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

SAAD FILHO, Alfredo. Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo. **Crítica e Sociedade**, Uberlândia, v.1, n.3, dez., 2011.

SAAD FILHO, Alfredo. Neoliberalismo: uma análise marxista. **Marx e o marxismo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, jan./jun. 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A economia e a guerra. **Carta Maior**, 2005. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/A-economia-e-a-guerra/19402>. Acesso em: 06 set. 2020.